

ACTA Nº 21
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2000

De acordo com a lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 (" - De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto da acta ter sido lida e aprovada."), aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

UM - ANTES DA ORDEM DO DIA

UM PONTO UM - Aprovação da acta número dezanove

UM PONTO DOIS - Leitura de expediente

UM PONTO TRÊS - Outros assuntos gerais de interesse para o Município

DOIS - ORDEM DO DIA

DOIS PONTO UM - Relatórios da Inspeção Geral de Finanças

DOIS PONTO DOIS - Proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano dois mil e um

DOIS PONTO TRÊS - Empréstimo a curto prazo

DOIS PONTO QUATRO - Contribuição autárquica

DOIS PONTO CINCO - Desafectação de Terrenos do Domínio Público

DOIS PONTO SEIS - Afectação de Terrenos ao Domínio Público

DOIS PONTO SETE - Rectificação da deliberação de Câmara de trinta de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete (Doação de terrenos)

DOIS PONTO OITO - Alteração de âmbito limitado ao Plano Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos

DOIS PONTO NOVE - Alteração de âmbito Limitado ao Plano de pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo.

DOIS PONTO DEZ - Actividades da Câmara

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e a secretária realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Luís Canhoto Andrade, Joaquim Manuel da Silva Avó, Norberto João Figueiras Alpalhão, António José Moura Proença, Paulo Nuno Mendanha Coxixo, Joaquim António Lopes Rézio, Celestino António Zorro, Artur João Rebola Pombeiro, Vicente Manuel Ameixa Ermitão, António José Barroso Paixão.

Registaram-se as ausências dos deputados, Joaquim Manuel Cardoso, Maria João Barroso Lopes, Ivone Espiguinha e Maria Laura Crespo Alpalhão.

O **Presidente da Assembleia**, antes de dar início à sessão, comunicou à Assembleia o pedido de substituição da deputada Ivone Espiguinha (consta da relação anexa no final desta acta). Referiu que a pessoa que se encontra imediatamente a seguir é o Senhor Luís Alexandre. Referiu também o facto de haver mais uma comunicação, desta vez não estando endereçada a ninguém, dizendo considerar uma falta de respeito tanto por ele como pela própria Assembleia. Partiu então do princípio que aquela comunicação seria um pedido de substituição feita pelo Doutor Cardoso (consta da relação anexa no final desta acta). Interveio o deputado senhor **Moura Lopes**, que disse não ter havido nem falta de respeito nem falta de educação por parte do Doutor Cardoso, explicou que realmente o que aconteceu foi que a carta lhe fora entregue tendo-a aberto de imediato. Só depois verificou que estava dirigida ao senhor Presidente da Assembleia, e achou por bem não lhe entregar uma carta aberta.

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que segundo a lei, a pessoa que estava imediatamente a seguir era o senhor Eduardo.

Os dois elementos da Assembleia tomaram então posse, tendo o senhor Eduardo dito que "juro por minha honra que cumprirei com lealdade todas as missões que me são confiadas", passando a palavra ao senhor Luís Alexandre que disse também "juro por minha honra que cumprirei com lealdade todas as missões que me são adstritas para a função".

O senhor Presidente da Assembleia propôs então que se acrescentasse o ponto dois ponto dez "Actividades da Câmara Municipal de Borba" na Ordem de Trabalhos, que por lapso não foi inserido, pedindo também ao deputado senhor Diogo Sapatinha que o acompanhasse nos trabalhos, dada a ausência da deputada Ivone.

UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

UM PONTO UM - Aprovação da acta número dezanove

O **Presidente da Assembleia**, antes de colocar a acta número dezanove à discussão, lembrou todos os presentes que a acta tinha sido transcrita pela primeira vez, por uma pessoa que não esteve presente na Assembleia, a Alexandra, e como tal a acta poderia conter aspectos menos correctos.

Interveio o deputado senhor Joaquim Rézio que mencionou o facto de, na página dezassete, no último parágrafo, se sentir confuso em relação à intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara, quando o mesmo disse que em relação aos veículos da Câmara, uns estavam distribuídos pelos eleitos para serem utilizados em serviço, os outros eram previamente autorizados ou pelas chefias que coordenavam os serviços ou pelos próprios eleitos, dizendo também, e depois de uma breve intervenção do deputado senhor Rézio, que não era do seu conhecimento que qualquer viatura da Câmara, fosse utilizada em serviço particular.

O deputado senhor Artur Pombeiro fez uma rectificação na página catorze, dizendo que o cabo eléctrico a que se referira não era de trinta centímetros como consta na acta, mas sim de trinta metros.

A acta foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com treze votos a favor e quatro abstenções.

UM PONTO DOIS - Leitura de expediente

O senhor secretário António Proença, procedeu à leitura da correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, conforme relações anexas no final desta acta.

UM PONTO TRÊS - Outros assuntos gerais de interesse para o Município

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, recordou um acontecimento que tem sido alvo da comunicação social e que vem na sequência das preocupações da Assembleia, que é o problema da saúde, tanto que já se realizou uma Assembleia específica para debater esse assunto. Fez referência ao facto do Hospital Distrital de Portalegre, não reunir condições para que em vinte e quatro horas de urgência por dia, os doentes que frequentam aquela instituição hospitalar sejam devidamente atendidos. Salientou a gravidade da situação, tanto que nem os médicos espanhóis estão interessados em vir trabalhar para Portugal, nesta área. Acrescentou ainda que prevê que dentro de dois ou três anos, muitas urgências hospitalares não terão técnicos para tratar das doenças básicas.

O senhor **Presidente da Assembleia**, salientou o facto da acta da saúde ainda não ter sido aprovada, uma vez que o funcionário que ficou responsável por a transcrever se encontrar de férias.

PONTO DOIS - ORDEM DO DIA

DOIS PONTO UM - Relatório da Inspecção Geral de Finanças

O senhor **Presidente da Assembleia**, começou por referir o facto de ter incluído este ponto na Ordem de Trabalhos, uma vez que neste relatório existem assuntos que se prendem directamente não só com a vida do Município, como também com a Assembleia. No entanto referiu que se a Assembleia assim o entender pode-se passar o ponto para outro dia

Interveio o deputado senhor **Norberto Alpalhão** referindo-se ao facto do relatório ser muito vasto, o tempo disponível muito pouco, e do pouco que leu ter ficado com bastantes dúvidas. Dada a importância do assunto, propôs então a realização de uma Assembleia extraordinária para a discussão do mesmo. Fez

referência ao facto do relatório não se encontrar paginado, tornando difícil a localização dos diversos pontos. Referiu-se ao ponto dois ponto um - pessoal- que diz "lei número vinte e sete barra noventa e seis de um de Agosto, a ultrapassagem dos limites com despesas de pessoal, pode constituir fundamento para a desinstalação do órgão executivo, salvo ocorrência de factos legais justificativos ou legalização subserviente (...) alínea h do artigo nono do citado diploma. Pelo que tem lido e analisado, chegou à conclusão que:" primeiro a Inspeção Geral de Finanças levanta situações, segundo faz prova dessas mesmas situações, terceiro penso que houve o órgão executivo ou seja a Câmara Municipal e finalmente há um parecer..." Em relação às horas extraordinárias efectuadas na Câmara, reafirmou que só mesmo a realização de uma reunião extraordinária, para esclarecer o que tem vindo a acontecer ao longo destes últimos anos. Leu de seguida um excerto do relatório "na realização de trabalho extraordinário, constatámos diversos casos de ultrapassagem do número máximo de horas permitidas por lei, de facto verificaram-se situações em que o limite máximo das duas horas foi ultrapassado bem como o limite das cento e vinte horas por ano" Leu também, no ponto dois ponto um ponto cinco, que "A Câmara Municipal de Borba celebrou em vinte e oito de Janeiro de noventa e quatro, um contrato de avença com o senhor José Carlos Mendes, jornalista, segundo o qual lhe são devidos a título de honorários cento e cinquenta mil escudos mensais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, encontra-se também estipulado o pagamento das deslocações efectuadas pelo referido avençado, todavia não detectamos evidências de que os pagamentos efectuados ao senhor José Carlos Mendes, a título de deslocação se encontram devidamente suportados com documentos emitidos de acordo com o legalmente definido nos quadros do imposto do rendimento sobre pessoas singulares " Terminou a sua intervenção, sugerindo mais uma vez a marcação de uma sessão extraordinária onde se pudesse debater exaustivamente este assunto, uma vez que se lhe levantam inúmeras dúvidas.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, perguntou ao senhor Presidente da Assembleia se lhe poderia dizer quando é que esta inspeção foi feita e quando é que os relatórios ficaram prontos.

O senhor **Presidente da Assembleia**, explicou que logo na primeira página estava escrito que o trabalho decorreu entre vinte e quatro de Agosto e quinze de Novembro de noventa e nove.

O deputado senhor **Joaquim Rézio** disse que esta é uma prova de que realmente não teve oportunidade de ler, uma vez que recebeu os documentos há cerca de uma hora, não sendo humanamente possível para ninguém analisar minimamente quatro volumes, de forma a encontrar algo de construtivo para melhorar a gestão da Câmara. Em sua opinião deve-se seguir sempre pela parte construtiva e não destrutiva.

Acrescentou estar de pleno acordo em se realizar uma sessão específica só para este efeito.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que disse ter dado uma leitura pelo documento e respectivos anexos, no pouco espaço de tempo disponível que teve, deparando-se com uma série de irregularidades. Pediu então ao senhor Presidente da Câmara, que o esclarecesse relativamente à obra do Edifício do Hospício, uma vez que há uma série de meses que não sabe nada do assunto.

O deputado senhor **Moura Lopes**, admitiu o facto de serem muitos volumes para analisar, dizendo que não duvidava que o PSD só hoje tivesse recebido os documentos, no entanto a CDU já os recebeu há bastante tempo. Acrescentou que também trabalhou, tal como o doutor Rézio, numa grande empresa, e sabe que as inspeções se fazem e que a função dos inspectores é precisamente "espiolar" o máximo e fazer o respectivo relatório. Disse que o correcto seria colocarem-se as questões, tal como o engenheiro Carlos Cabral o fez, e ouvir a Câmara dar resposta. Não concordava com a marcação de uma reunião somente para debater este ponto, lembrando que em dois mil e um era ano de eleições, e teria que se arranjar a campanha eleitoral.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que não podendo deixar "passar em claro" a intervenção do senhor Moura Lopes, reafirmou em primeiro lugar, ser humanamente impossível analisar aqueles volumes, mesmo com quatro semanas em horas livres, isto é, para além do horário normal de trabalho. Em segundo lugar referiu-se às campanhas eleitorais, dizendo que, se tinha dito que concordava com uma Assembleia Extraordinária para debater este ponto, então "vamos ao outro ponto a seguir do orçamento e do Plano, e saberemos concerteza o que é Campanha Eleitoral."

O deputado senhor **Norberto Alpalhão** respondendo ao senhor Moura Lopes, disse que "quem não deve não teme" e se fosse caso disso, formularia a proposta por escrito. Acrescentou também, e face aos documentos que tem, que o que está em causa não são os trabalhadores, mas sim o excesso de horas prestadas em horários anormais. Reforçou mais uma vez a ideia, de que o que lhe interessa é " verificar estas coisinhas todas, e para isso eu preciso de uma sessão para analisar caso a caso, ver pontualmente as

coisinhas todas e ver quem é que tem razão no meio disto tudo." Pediu também autorização, para poder comentar publicamente os documentos que lhe chegaram à mão. Frisou que, não seria obviamente para fazer fotocópias, mas que se sentia no direito de comentar publicamente um documento que lhe foi entregue.

O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu, dizendo que achava melhor o senhor Norberto Alpalhão não o fazer.

O deputado senhor **Norberto Alpalhão**, retomou a palavra dizendo que pensa estar no seu direito, no entanto fez uma outra proposta, que estes documentos fossem disponibilizados na Biblioteca Pública de Borba, para que toda a gente tivesse acesso.

O senhor **Presidente da Assembleia**, salientou o facto dos relatórios da Inspeção Geral das Finanças terem sido divulgados aos responsáveis políticos, existindo para isso discussão entre os diferentes órgãos políticos, mas andar-se a falar com as pessoas e distribuir às pessoas os documentos, certamente não é permitido.

O senhor **Carlos Cabral**, reportando-se à intervenção do senhor Moura Lopes, frisou o facto do senhor Moura Lopes ter invocado a sua anterior questão a seu favor, não o devendo fazer. Acrescentou ainda que "toda a gente sabe que dois mil e um é um ano eleitoral para o Concelho, efectivamente toda a gente sabe que a campanha eleitoral irá começar, e secalhar o senhor já a anda a fazer, a questão não está aí, até porque se eu próprio quisesse tinha já aqui uma lista de vinte e cinco perguntas sobre o relatório, e não havia mais Assembleia hoje, nos outros pontos." Afirmou ser "um adepto profundo da mudança de todas as leis da administração pública", mas quando se distribui um relatório às diferentes forças políticas pensa que o mesmo não poderá ficar "fechado" somente para discussão dos eleitos, até porque "a política não é a arte

dos anjos que não têm sexo, tem sexo, e muito às vezes...", disse ainda não ter sentido esconderem-se os relatórios, até porque há questões que têm a ver com o futuro do Concelho, com o futuro da gestão do executivo.

Interveio o deputado senhor **Moura Lopes**, dizendo que considerava o engenheiro Carlos Cabral um democrata, mas que não poderia deixar de lhe dizer que "evocou uma questão a meu respeito que não me dá o mesmo direito de a ter evocado anteriormente, não quero deixar de referir esta pequena contradição", acrescentou que a parte do sexo, foi a mais feliz na sua intervenção. Afirmou que compreende a intervenção do doutor Rézio em relação a querer discutir esta questão numa outra oportunidade, o mesmo não acontece em relação à intervenção do senhor Norberto, uma vez que este, ao contrário do doutor Rézio, se encontra apto para discutir o assunto, e questiona-o "porque é que não a vamos discutir ?(...) o engenheiro **Carlos Cabral** diz que tem ali vinte e cinco perguntas para fazer, então que as faça". Em sua opinião, não existe nenhuma razão objectiva para se adiar a discussão desta questão, uma vez que o que está para ler é relativamente pouco, pois a maioria dos papéis são fotocópias para justificar e o executivo está presente para dar resposta a eventuais dúvidas "em muitos casos o impresso cento e trinta e seis barra sete não foi utilizado, devia ser utilizado o impresso cento e trinta e seis barra oito, e para isso temos ali técnicos para dar resposta a esta questão".

O senhor **Presidente da Assembleia** antes de passar a palavra ao senhor Carlos Cabral, referiu a importância do assunto ter que ser discutido, não esquecendo também a importância dos restantes pontos da Ordem do Dia. Frisou o facto do assunto ser bastante extenso, e quando chegar a hora do termino da assembleia interrompê-la de imediato, deixando os outros pontos por tratar. Sugeriu então a transferência do ponto dois ponto um, para outro dia.

Foi então dada a palavra ao deputado senhor Carlos Cabral, que disse que a discussão ou não deste ponto, não é uma questão de critério pessoal, uma vez que, se ao senhor Moura Lopes lhe interessava discutir o ponto agora, a mesma ideia não era partilhada por outros membros da Assembleia

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, mostrou-se satisfeito pelo facto do senhor Moura Lopes ter entendido as suas palavras, mas interroga-se sobre a resistência activa do senhor Moura Lopes em não querer transferir esta discussão para uma sessão específica, dado que foi feita uma Assembleia Extraordinária num local aberto ao público, onde se debateu a questão da saúde da responsabilidade do Governo Central, e porque não fazer o mesmo em relação a um problema que em muito diz respeito ao Município?

Conforme o regimento, ao fim de quatro horas, quatro horas e meia, a Assembleia termina e o deputado senhor Joaquim Rézio disse não pretender permanecer nem mais um minuto.

O deputado senhor **Moura Lopes**, referiu que lhe foram entregues fotocópias já sublinhadas, o que em seu entender significa que alguém da mesa já leu, e que existem pessoas efectivamente preparadas. Reafirmou entender a posição do doutor Rézio, contrariamente à posição do senhor Presidente da Assembleia que anteriormente anunciou ser de sua vontade a colocação deste ponto na Ordem de Trabalhos, e entretanto mostrou vontade de adiar para outra sessão, "se entendia que iria demorar muito tempo, não o colocava nesta Assembleia, marcava uma Assembleia só para tratar deste assunto e aí teria o meu acordo..."

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra dizendo que de futurologia não entendia, e quando colocou este ponto na Ordem de Trabalhos, não calculava o tempo que iria demorar e "perante esta paisagem eu acho que vai demorar muito tempo, se há pessoas aqui que não leram, se agora querem ler, de certeza que irão colocar questões e demorará muito mais tempo do que se tivessem lido"

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Norberto Alpalhão**, que lamentou o facto de ter recebido cinco relatórios sem nenhum sublinhado. Disse tê-los recebido há cerca de dez ou doze dias, e uma vez que não teve tempo para os ler todos, continuava a propor a realização de uma Assembleia específica só para este assunto, dado que neste momento não se encontra preparado, entendendo que, "não pode ser agora discutido de ânimo leve um assunto que a mim me parece tão gravoso".

O senhor **Presidente da Câmara** acrescentou que todos estes documentos têm a ver com um relatório técnico, produzido por técnicos da administração central e explicou, uma vez que também estavam presentes elementos do público, que os técnicos chegaram à Câmara, apresentaram-se, pediram um espaço para trabalhar, e durante vários meses contactaram com todos os funcionários. Produziram então um relatório que do ponto de vista da análise que a Câmara faz, é muito mais pedagógico e orientador que outra coisa, porque "outra coisa não há, outras coisas não há, há de facto necessidades, como em todas as análises qualquer contabilista, vai fazer inspecção de uma escrita e detecta irregularidades, detecta coisas que hoje a legislação já não enquadra(...)" recomendando que se leiam os documentos na íntegra, pois eles contém também as justificações dos técnicos da Câmara sobre os seus procedimentos. Referiu que em sua opinião este assunto " só peca pela colocação em que está na ordem de trabalhos, se de facto é um assunto demorado, podia estar num ponto mais adiantado da ordem de trabalhos". Terminou a sua intervenção, dizendo que este relatório não é de forma alguma penalizador para a Câmara Municipal de Borba nem para o Município de Borba, antes pelo contrário, crê que é pedagógico para todo o funcionamento da autarquia e para os respectivos serviços.

Foi dada a palavra à **Vereadora Filipa** que disse que esta é uma matéria extremamente importante, tanto para a Câmara como para a Assembleia, a quem compete e de acordo com a lei, conhecer e tomar posições sobre relatórios definitivos das Inspeções. Concordou com o senhor Presidente da Assembleia ao ter colocado aquele ponto na ordem de trabalhos, uma vez que partiu do princípio que os membros da Assembleia estariam em condições de o discutir. Acrescentou ainda que "embora não concorde, tenho que dar razão ao doutor Rézio, quando disse simplesmente que não estava em condições de o discutir e propunha a discussão do ponto, num outro momento(...)" acrescentando que o que não se deverá fazer, será adiantar opiniões sobre o pouco que se leu, pois pode induzir em erro tanto o público como os restantes membros da Assembleia. Referiu-se ao facto do senhor Norberto Alpalhão não ter visto que o relatório tinha a numeração das páginas no canto superior, e era constituído por cinquenta e sete páginas. Explicou então, que o resto eram anexos, existindo porém três relatórios específicos, cada um deles sobre um contrato programa específico. Um sobre o contrato programa da ETAR, crê que com o Ministério do Ambiente, outro sobre o contrato programa do Pavilhão Desportivo com o Ministério da Educação, e outro sobre o contrato programa da Modernização Administrativa. Acrescentou que, ou realmente se discute o assunto no concreto "assunto por assunto, página por página" uma vez que um membro da Assembleia pegou num texto em que a Inspeção criticou a Câmara, fazendo referência ao facto de ter em frente um parágrafo enorme em que a Inspeção elogiou os serviços da Câmara, ou se adia a discussão para uma sessão posterior, competindo à assembleia decidir, uma vez que é soberana.

O senhor **Presidente da Assembleia**, antes de passar a palavra aos membros inscritos, sugeriu que se interrompesse de imediato a discussão comprometendo-se a marcar uma Assembleia Extraordinária no mais curto espaço de tempo, somente para discutir o ponto "Relatórios da Inspeção Geral de Finanças". O deputado senhor **Carlos Cabral** interveio dizendo que, ou se marca uma Assembleia para discutir este ponto, ou esta situação fora do órgão institucional será bem pior.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que começou por dizer que o senhor Presidente

da Câmara, trabalhou numa empresa privada, não tantos anos como ele, uma vez que enveredou pelo serviço público "foi mais solidário com o povo português que eu, nesse aspecto vamos ver com que resultados", reafirmou o facto de criticar alguns pontos, mas construtivamente para que se possa fazer melhor no futuro, ficando no entanto surpreendido com a resistência passiva face a este assunto por parte da bancada da CDU, dizendo que essa resistência em alterar a discussão para uma data posterior, pode "para um menos bem intencionado por vezes, não é o meu caso, levar a entender que há coisas escondidas, e não é isso que a bancada PSD pensa, o que nós queremos é discutir e saber (...)" Dirigiu então a palavra ao senhor Presidente da Assembleia dizendo que, ao que lhe parece os correios já não trabalham com a eficiência de quando ele tinha dezoito anos, uma vez que a carta que o senhor Presidente da Assembleia lhe enviou estava datada de dia dezoito, podendo presumir que a carta foi escrita precisamente no dia dezoito, enviada no dia vinte e três e recebida ontem ou hoje de manhã, uma vez que o envelope sendo taxa paga, não menciona a data do correio, podendo ter acontecido o mesmo com o ofício cinquenta e quatro barra dois mil de sete do corrente mês, enviado à dona Ivone Espiguiinha, parecendo-lhe quase impossível que tenha recebido a carta no mesmo dia.

O deputado senhor **Moura Lopes**, disse que não iria cometer a incoerência de desdizer o que até ali tinha dito, fazendo a seguinte proposta: "a minha proposta é que este ponto seja incluído numa outra Assembleia, com outros pontos da Ordem de Trabalhos, aí terão o meu voto a favor, de contrário se for só com um ponto da Ordem de Trabalhos, terão o meu voto contra (...)"

O senhor Presidente da Assembleia, perante as duas propostas feitas, colocou à votação em alternativa:

PROPOSTA A - feita pelo senhor Norberto Alpalhão - Assembleia extraordinária, com um ponto único "Relatórios da Inspeção Geral de Finanças", na ordem de trabalhos . Esta proposta obteve nove votos a favor

PROPOSTA B - feita pelo senhor Moura Lopes - Assembleia ordinária, contendo entre outros pontos, o ponto "Relatórios da Inspeção Geral de Finanças ". Esta proposta obteve oito votos a favor.

Finda a votação, e passando a vigorar a proposta A, interrompeu-se a Assembleia por um período de cinco minutos.

DOIS PONTO DOIS - Proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano dois mil e um (anexo nove)

O senhor Presidente da Câmara começou por dar a palavra ao Doutor Oliveira, uma vez que foi ele que elaborou o projecto técnico.

O **Doutor Oliveira** iniciou a sua intervenção, começando por falar da receita, que em sua opinião, é o que gera mais polémica. Em relação ao primeiro ponto, que são os Impostos Directos, chamou a atenção para as verbas recebidas este ano e no ano passado, fazendo-se uma média aritmética com um pequeno acréscimo relativo de inflação, e apresentaram-se os valores que estão no orçamento. Em relação aos Impostos Indirectos, a verba que ressalta são os Loteamentos e Obras, com vinte e cinco mil contos, tendo em conta que de dezassete a vinte mil contos são valores que vêm de outros anos, ou seja, são valores negociados para as empresas pagarem por prestações. Explicou que as Taxas de Conservação, são um valor que pouco difere daquele que se havia recebido este ano; nas Multas e Outras Penalidades fez referência ao valor da ocupação da via pública, que é a decorrente dos loteamentos. A rubrica residual, Outras, tem a ver com as taxas de expediente, enquanto que as Multas são aquelas que são decorrentes da fiscalização municipal das obras. Prosseguiu a sua explicação dizendo que, os Juros de Mora estão relacionados com os maus pagadores, nos rendimentos de propriedade são apenas os juros de depósitos à ordem . Em relação ao Fundo Geral Municipal e ao Fundo de Coesão Municipal nas Transferências Correntes, acrescentou que são aqueles que se receberam este ano, uma vez que quando o orçamento de Estado foi elaborado, ainda era uma proposta e não se tinham valores concretos. Deparando-se com a rubrica residual, Outras, disse que esta tinha a ver com valores que haviam recebido do STAP. Os Bens Duradouros e Não Duradouros, são valores obtidos na média dos últimos dois anos. Seguindo o quadro, o valor relativamente alto que se pode verificar de seguida, explicou estar relacionado com a baixa tensão da EDP, tendo sido celebrado um contrato, onde eles pagam à volta de trinta e quatro, trinta e cinco mil contos. Relativamente à outra rubrica residual que se situa no final do quadro, disse ter a ver com a cobrança que faz nas cantinas escolares, plantas de localização, fotocópias, serviços assegurados pela

Autarquia. Passando ao capítulo Outras Receitas Correntes, explicou que a rubrica Outros, assume grande importância uma vez que são os apoios que são recebidos a nível da Feira do Queijo, da Feira do Disco, da Feira do Livro e outras iniciativas promovidas pela Autarquia. Passou de seguida às Receitas de Capital, onde se prevê que na rubrica Venda de Terrenos o valor seja de trinta mil contos, valor este que será mais elevado relativamente a este ano, uma vez que supõe que os loteamentos entrem numa fase mais avançada. Valor elevado disse ter também a rubrica Habitação, dado que supostamente se irão vender algumas casas do Realojamento Municipal. Relativamente às verbas de Outros Edifícios, Maquinaria e Equipamento, Material de Transporte, estão em consonância com anos anteriores. A rubrica Outros, tem a ver com outros bens que se vendem em outras Autarquias e que têm um valor de acordo com aquilo que se vem recebendo ao longo dos anos e se prevê que se continue a receber. Explicou que Contratos Programas, são contratos que existem com o Instituto da Água, Acordos de colaboração para desobstrução de barrancos dos quais se prevê sete mil e quinhentos contos. Deu seguimento à sua explicação, dizendo que no final desse quadro, existem as rubricas do PORA do sub-programa A,B, e C do segundo Quadro Comunitário de Apoio, do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, URBCOM e Outras decorrentes de outras rubricas que depois estão no Plano de Financiamento Activos Financeiros, sendo valores que aparecem somente para abertura de conta. Passou de imediato aos Empréstimos, referindo-se ao empréstimo ao abrigo da linha de crédito C.G.D.B., que foi contratado para as Zonas Industriais, como complemento ao que irá ser recebido do Quadro Comunitário de Apoio. Em relação às Outras Receitas de Capital, estas têm a ver sobretudo com as receitas decorrentes da Festa da Vinha e do Vinho. Terminou a sua explicação relativamente às Receitas, dizendo que existe uma verba do segundo Quadro Comunitário de Apoio, que no quadro de Financiamento, está considerado como Financiamento referente a acções executadas durante o ano dois mil, e que inclui o loteamento da Nave, da Senhora da Vitória, do Forno, a Festa da Vinha e do Vinho, Saneamento do Lugar da Ribeira, estrada das Cortes e Plano de Realojamento Municipal, que embora a obra já tenha sido efectuada, o financiamento ainda não foi recebido. Terminadas as explicações face às Receitas, disse que " a nível da Despesa existe uma nova orgânica, contudo o aumento das Divisões não justifica qualquer aumento da despesa em termos de despesas correntes. O aumento do Orçamento é de aproximadamente duzentos mil contos em relação ao ano transacto que é sobretudo a nível das despesas de capital"

O senhor **Presidente da Câmara** entendeu que realmente se deveriam esclarecer quais as principais preocupações do executivo, face a uma proposta de um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta contos, sendo percentualmente superior ao que tinham previsto para o ano de dois mil, e que certamente não será cumprido. Acrescentou que poder-se-á perguntar: "então se em dois mil têm um milhão e seiscentos mil contos e ficam sessenta e cinco por cento, porque é que repetem aqui uma proposta superior?", justificando que pretendem usufruir dos financiamentos do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, dando continuidade aos investimentos que estão em curso, quer nos loteamentos quer nas Zonas Industriais, vindo depois outros que dependem muito dos financiamentos que possam vir a ser aprovados, como é o caso das Piscinas Cobertas, da recuperação das muralhas, e de outros projectos de ordem ambiental que estão mencionados no relatório, não podendo deixar de referir a recuperação da rede de águas da Nora, deixando por mencionar os arruamentos e outros que têm a ver com a actividade normal da Câmara. Disponibilizou-se para qualquer questão que quisessem colocar, chamando no entanto a atenção para o facto da Autarquia não depender unicamente de si própria, uma vez que as receitas certas, situam-se entre os seiscentos e os setecentos mil contos, dependendo as outras naturalmente do empenho e do trabalho para as conseguir, mas "certamente da vossa parte não há dúvidas que estamos empenhados e que queremos captar o mais possível de investimento e de financiamento para as nossas propostas"

Foi dada a palavra ao deputado **Carlos Cabral**, que disse ter dúvidas em relação às Receitas, em primeiro lugar relativamente à Venda de Serviços que tem alugueres e habitações, tendo cento e onze mil e quatrocentos contos nas receitas correntes de Venda de Serviços, pretendendo saber a que se referem os trinta e oito mil contos que vêm especificados em "outros bens," no mapa da página três. Em segundo lugar, colocou uma questão geral sobre todos estes documentos, dizendo que para preparar este documento, recorreu a documentos anteriores porque "o comparativo é sempre mais elucidativo, e consegui arranjar os documentos conforme o original, arranjei-os na Câmara. O documento noventa, primeiro ano de mandato do senhor Presidente da Câmara, em noventa e três/noventa e sete e em dois mil e um(...)", acrescentando que pretende arranjar os restantes, para futuramente apresentar numa

Assembleia alguns dos indicadores de evolução, opinando que são preocupantes para o Concelho. Depois de ter construído um indicador de endividamento sobre as receitas correntes, para poder perceber a sua evolução, chegou à conclusão que em mil novecentos e noventa o endividamento sobre as receitas correntes era de dezanove vírgula sessenta e cinco por cento, ou seja, um endividamento de trinta e nove mil, seiscentos e setenta e seis contos, para umas receitas correntes de duzentos e um mil, oitocentos e noventa e quatro contos. Em noventa e três, o mesmo indicador passava para quarenta e oito vírgula sete por cento, em noventa e sete passava para setenta e oito vírgula sessenta e cinco por cento, e em dois mil e um, não lhe tendo sido fornecido o mapa do endividamento geral da Câmara, tem oitenta e seis por cento, situação que considera complicada para o futuro da Autarquia. Referiu-se ao facto de se poder construir uma bateria de indicadores por exemplo nas despesas de pessoal, "que em termos nominais atingem hoje já quatrocentos e tal mil contos, o que dará uma percentagem sobre as receitas correntes no volta dos sessenta e oito por cento neste momento (...)" Salientou também o facto das receitas correntes da Câmara, tirando os fundos comunitários e as transferências, serem de seiscentos e dezassete mil, trezentos e dez contos, o que tornaria bastante complicado o cumprimento das obrigações, especialmente nos meses de Novembro e Dezembro. O deputado senhor **Carlos Cabral**, chamou então a atenção para o facto da discussão dos orçamentos ano após ano, como documentos únicos, não demonstrarem os aumentos "perfeitamente brutais do endividamento, face às receitas correntes (...)". Relatou de seguida um caso "insólito" na estrada perto da loja "Saniverde", onde uma retro escavadora com um balde, fazia manobras para pôr betuminoso nos buracos da estrada, considerou o caso insólito uma vez que o executivo municipal reclama de uma filosofia de obras por administração directa, questionando "como é que é possível que seja uma retro escavadora, que ande às onze horas da manhã no meio da estrada a transportar o betuminoso para pôr nos buracos?" Afirmou que desta forma, "quem vier a seguir terá muitas dificuldades no Governo desta Câmara".

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, disse que haviam chegado ao ponto da discussão que mais respeitava, uma vez que era o instrumento principal de uma gestão. Dirigiu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, referindo-se a uns orçamentos de três milhões e tal de contos que de certa forma foram sendo reduzidos, embora este ano tenham tornado a subir, dizendo mesmo que "não é mau subir, subir até é bom quando é possível de executar aquilo que se pretende (...)" Realçou o facto de no documento que foi distribuído em relação à execução orçamental até Novembro de dois mil, verificar que a taxa de execução é muito baixa, ficando perplexo quando se deparou com um outro documento do relatório que dizia "onde vamos investir?", e questionou: "Será que há aqui um acto de magia, que o mágico tira da cartola toda uma panóplia imensa de investimentos a fazer, e que provou que até agora não foi capaz de fazer durante vários anos, e agora de repente vai fazer tudo num ano? Será possível isso?" Pelo histórico que se lhe apresenta, demonstrou duvidar de tal maneira que ficou com sérias reservas de colaborar na aprovação deste plano e deste orçamento. Referiu que já tinha sido dito pela bancada socialista, que as despesas correntes eram quase absorvidas pelos custos de pessoal, não querendo dizer com isso que é contra o pessoal, mas sim a favor da racionalização. Disse que, segundo o que leu, não entende a forma de gestão, uma vez que no Programa RECRIA estavam previstos três ou cinco mil contos de subsídios por parte da Câmara, e estando alguém a tomar conta desse serviço, pergunta "será que a afectação ao número de horas dessa pessoa justifica por causa dos cinco mil contos, que não se sabe se vão ser aplicados?" Questionou também a doutora Filipa acerca do número de pessoas que estão afectas a fazer o Boletim Municipal, e afirmou que seguramente custaria mais dinheiro nos salários das pessoas que propriamente nos dois mil contos previstos, que custa o Boletim Municipal.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Norberto Alpalhão**, que disse não ser a primeira vez que vê os dez mil contos aparecerem para a pavimentação das ruas de Borba. Para reforçar a sua ideia, leu o último parágrafo da página nove do Relatório onde dizia "É assim que se tem demonstrado a capacidade de aplicação de medidas que visam o desenvolvimento sustentado do concelho, tornando-o num Concelho virado para o novo milénio e onde dá gosto viver." Terminou a sua intervenção, dizendo que "francamente, com tanto buraco nas ruas, viver assim..."

O senhor **Artur Pombeiro**, frisou o facto de neste Plano de Actividades, estar contemplado o arranjo paisagístico do Largo dos Combatentes, que há cerca de três anos havia sido proposto. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se de facto esta rubrica engloba a proposta que a Câmara fez em determinado momento a um médico de Borba, propondo a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, a colocação desse busto no Largo dos Combatentes. Aproveitou para homenagear o homem e a obra, tendo

em consideração que esse médico foi nos anos cinquenta um verdadeiro combatente, pois sem cobrar dinheiro à população, pôs termo à tuberculose e às doenças de pulmão, que na altura assolavam as escolas. Referiu também a necessidade da Câmara adquirir o espaço junto à Igreja de Nossa Senhora das Dores, pois basta verificar o estado em que se encontram as chapas de protecção, se no Verão eram depósito de lixo agora já servem de casa de banho pública

O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu a intervenção do deputado senhor Artur Pombeiro, dizendo que esse era um assunto relacionado com o ponto Actividades da Câmara, pedindo-lhe para abreviar.

O deputado senhor **Artur Pombeiro** disse que, as actividades da Câmara eram propostas que ele já tinha feito à Câmara e que não constavam do Plano de Actividades, portanto pensa que não está a fazer "nenhum historial".

O senhor **Presidente da Assembleia** disse não se estar a referir às propostas, mas sim aos comentários de texto.

Retomou a palavra o deputado senhor Artur Pombeiro, dizendo o Plano contém mencionado os melhoramentos aos arruamentos de Borba, no entanto não especifica quais, pedindo que a Câmara não se esqueça da Rua de São Bartolomeu.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, que referindo-se à intervenção do deputado senhor Artur Pombeiro e sendo familiar do médico em causa, mostrou-se receptivo a tudo o que esteja relacionado com a homenagem ao médico e homem, infelizmente já falecido. Acrescentando que "é uma questão deste ou outro executivo, reavaliar a utilidade e até a justiça de ser prestada homenagem através da colocação de um busto nalgum sítio em Borba(...)". Passou então à intervenção que fora feita pelo senhor Carlos Cabral e pelo senhor Joaquim Rézio, onde entendeu ser perfeitamente compreensível o papel que a oposição assume, no entanto pergunta: "Onde é que isto é diferente em Portugal? (...) "Há algum ponto do País que não esteja pior hoje, que ao que estava aqui há dez anos?" Explicou que em todo o lado se apresentam planos baseados num orçamento, que fica condicionado aos Quadros Comunitários de Apoio e aos dinheiros vindos de Bruxelas. Em relação aos buracos das ruas, disse que bastava estar atento à televisão e aos jornais, para se constatar que buracos existem por todo o País. Fez uma anotação, embora com "aspecto simbólico" de quando a Câmara tapa algum buraco, alguém da oposição vem dizer que não pode porque a hora não é a própria para se fazer aquilo,... disse também compreender, mas o facto de se estar a tapar um buraco será para tentar satisfazer pedidos ou reclamações que se fazem. Disse estarem ali para tentar aprovar o Plano e o Orçamento, não sendo a metodologia diferente de qualquer outra Câmara, independentemente da força política que tenha, referindo a condicionante importante que é o dinheiro vindo dos Fundo Comunitário, caso ele venha, a execução será feita, dependendo também da "habilidade do executivo". Terminou a sua intervenção, dizendo que somos realmente um País pobre e sem recursos, só se podendo fazer alguma coisa com o dinheiro que vem de fora, com a imaginação dos executivos autárquicos e com vinte ou trinta por cento dos empréstimos bancários, aumentando como é óbvio o endividamento.

O deputado senhor **Carlos Cabral** disse estar de acordo que se tapem os buracos, não concorda é que seja uma máquina retro escavadora a levar betuminoso num balde, quando se tem uma filosofia de obras por administração directa, já se deveriam ter máquinas pequenas para esse tipo de serviço.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, mostrou-se sensibilizado e admirado com a notícia da existência de funcionários ao serviço das Autarquias com baixa escolaridade, perguntando ao executivo se na Autarquia de Borba, existiam funcionários nessa situação. No caso da resposta ser afirmativa, sugeriu à Câmara que aderisse ao "Programa Foral", que tanto quanto julga saber, poderá resultar em requalificação académica e eventual reclassificação profissional para os trabalhadores em causa. Terminou a sua intervenção dizendo que julga ser humano e socialmente justo e apropriado.

O deputado senhor **Carlos Cabral** disse que se deve fazer um esforço de coordenação e de estratégia, porque as verbas têm tendência a terminar, referindo o que foi aprovado na Conferência de Nice, "foi a Espanha que conseguiu fazer com que os fundos comunitários possam continuar em dois mil e sete, mas vão concerteza descer muito".

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, interveio dando razão ao deputado senhor Joaquim Manguinhas, quando afirmou que infelizmente éramos um País pobre, só não disse é que pretendemos viver à rica, conhecido como está o endividamento em Portugal, estando previsto subir um por cento no final do ano. Afirmou que de facto se não fossem as verbas vindas dos Quadros Comunitários, tal como fora

mencionado pelo doutor Manguinhas, muitas coisas não seriam feitas, lamentando que essas mesmas verbas não cheguem a tempo e horas. Alertou para o facto dos novos países de Leste procurarem a adesão à Comunidade Económica Europeia, tendo como consequência o facto dos fundos que até hoje vinham para países como Portugal, a partir desse momento, serem desviados para os outros países, ficando a Câmara de Borba com Receitas e Despesas correntes. Acrescentou ainda, e em alusão ao momento em que Portugal deixa de receber as participações da Comunidade Económica Europeia, que "mesmo que me nomeassem e obrigassem com pistola, eu nunca tomaria o encargo e a responsabilidade de ser Presidente da Câmara Municipal de Borba ou de outra na mesma situação (...)", uma vez que as receitas correntes seriam totalmente absorvidas pelas despesas correntes. Referiu-se ao facto das críticas feitas pelo PSD, serem construtivas e não destrutivas, dando o exemplo da construção do Mercado Municipal de Borba, onde efectivamente se errou, pretendendo a Autarquia remodelá-lo agora com trinta mil contos, perguntando "então uma coisa nova, já precisa de remodelar trinta mil contos?" Deu o exemplo de Nisa, onde se construiu um Mercado Municipal "extraordinário", e a cerca de duzentos ou trezentos metros construíram um Cine-Teatro, que não teve oportunidade de ver, pois no momento que por lá passou estava fechado, mas o aspecto exterior e os acessos agradaram-lhe, concluindo que "há gestão e gestões". Acrescentou que a sua crítica vai para o facto de haver verbas definidas e outras por definir, passando-se com o Mercado Municipal, o mesmo que se passa com as ruas de Borba, recordando que só antes das eleições é que se mandou atapetar o alto da Praça. Lastimou o estado em que se encontram neste momento as ruas de Borba, e questionou o facto de se gastarem cinquenta mil contos para arranjar o Jardim, não porque esteja contra o seu arranjo, mas "acho que se deve arranjar o Jardim, agora será que contaram com a manutenção desses cinquenta mil contos a mais investidos no parque? Não haverá outra forma mais económica? Não haverá prioridades em relação a isso?" Deu também o exemplo do Largo em frente à Igreja do Senhor dos Aflitos, que disse terem despendido entre quarenta a cinquenta mil contos, e no entanto no Verão nunca lá vê ninguém, pois não há uma única sombra. Pretende discutir o assunto de modo a que se consigam entender, parecendo-lhe haver falta de estratégia, dado que se tem falado em discussões do orçamento, e qual seria a melhor maneira de fixar pequenas empresas, pequenas oficinas dizendo que hoje o que se pode ver são alguns armazéns "quais postos e lugares de trabalho é que foram criados? Quais são as vantagens em ajuda de contribuições ou taxas para a Autarquia?" Admite não ser com esta estratégia que alguma vez se irá chegar a alguma situação e se de facto o Quadro Comunitário de Apoio deixar de existir, irá ser bastante difícil gerir as despesas correntes. Fez referência ao parque de máquinas que lhe parece razoável, no entanto pensa que o número de viaturas existentes não é suficiente. Terminou a sua intervenção, chamando a atenção do senhor Presidente da Câmara, uma vez que foi ele que assinou o orçamento, para o facto de na página trinta e dois "Resumo das Receitas e Despesas", estar escrito orçamento para dois mil, em vez de orçamento para dois mil e um.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, que se referiu à beleza das imagens sobre Borba transmitidas no programa televisivo "País Regiões", salientando o facto de terem que ser os outros a mostrar as belezas características do Concelho. Disse que no caso específico do doutor Rézio, em quatro anos, ainda nunca o ouviu fazer um elogio ao executivo camarário. Afirmou que Borba progrediu, dando o exemplo da pedreira que estava dentro de Borba junto à Sovibor, o Largo das Servas que, sendo um terreno onde não havia ninguém, somente nas largadas de touros nas Festas do Senhor dos Aflitos, tendo havido a preocupação por parte da CDU, em embelezar esse recinto, já não falando da Freguesia de Rio de Moinhos, onde antigamente não havia praticamente nada, e "hoje é um brinco de uma aldeia que se pode mostrar por todo o lado e é o orgulho dos Borbenses." Acrescentou que efectivamente se mudou muita coisa, e que para além dos buracos nas ruas, se vive melhor em Borba e isso só não tem sido reconhecido por questões de ordem política, que afirmou respeitar. Terminou a sua intervenção, apelando ao executivo que "tapem de uma vez por todas os buracos, não se envergonhem de ser no ano anterior às eleições, é oportuno".

Interveio o deputado senhor **Moura Lopes** que dando seguimento ao que fora dito pelo deputado senhor Joaquim Manguinhas, disse que muita coisa já foi feita no Concelho e que naturalmente a satisfação de algumas necessidades, criam novas necessidades, facto que leva a que as coisas nunca estejam completas. Fez referência ao facto de tanto o Doutor Cavaco Silva, como o Doutor Mário Soares e até o Doutor António Guterres, terem feito coisas boas, não resolvendo no entanto todos os problemas dos Portugueses, situação que o leva a lembrar o seguinte: " O vinho de Borba é bom. Quem tem uma garrafa

meia de vinho, e gosta de vinho diz: a garrafa está meio vazia! Quem não gosta de vinho, é capaz de dizer: a garrafa está meio cheia!" dizendo que as pessoas tem liberdade de dizer e de levantar essas questões. Referiu-se ao facto de até nas auto-estradas haver buracos, e muitas delas serem recentes, pagando-se um "balúrdio" para passar por lá. Achou justo dizer que graças à imaginação e empenho do executivo e dos trabalhadores, Borba nestes últimos dez anos conseguiu o desempenho de trabalhos muito acima da média, enquadrando aqui a implementação da tele-gestão de água onde houve trabalhadores que trabalharam vinte e quatro horas seguidas, terminando a sua intervenção dizendo que "naturalmente que também me parece justo que lhe paguem horas extraordinárias."

O senhor **Presidente da Assembleia**, pediu brevidade nas intervenções, uma vez que havia ainda diversos assuntos para tratar, dando a palavra ao deputado senhor Paixão.

O deputado **senhor Paixão**, iniciou a sua intervenção desejando a todos os presentes um Bom Ano de dois mil e um. Afirmou de seguida que se não fossem as experiências dos anos anteriores, até daria "vivas ao executivo da Câmara Municipal de Borba", tendo visto contemplado no Orçamento de dois mil e um, muitas obras entre as quais, obras na Freguesia de Rio de Moinhos. No entanto levantam-se-lhe algumas dúvidas, "mesmo que este executivo disponha agora de verbas que vêm do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, será que depois há recursos humanos, para levarem a efeito um número tão elevado de obras?" Dirigiu-se de seguida ao senhor Moura Lopes, dizendo-lhe que, uma vez que é ele o membro da Assembleia Municipal representante da Comissão de Trânsito, contribua de forma afincada para melhorar as condições de trânsito na sua Freguesia, e relatou uma situação que ouviu acerca do senhor Moura Lopes, e que assentava no facto dele só resolver o estacionamento na Avenida da Nave, na Nora, quando fosse Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, acrescentando que se porventura isso acontecesse podia também eventualmente acontecer que, estando ele como Presidente, tivesse um Vereador que em tempo útil, lhe impedisse o seu empenho para resolver essa situação.

O deputado **senhor Norberto**, voltando ao que fora dito pelo Doutor Joaquim Manguinhas, relativamente à progressão e regressão, disse que não foi só Borba que evoluiu, pois se olharmos bem para este país "qual é que foi o Concelho que regrediu? Penso que nenhum (...)" Disse que não duvidava que nos Concelhos limítrofes, Borba fosse o que menos progressão teve.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, congratulou-se com o facto do senhor Moura Lopes ter reconhecido o valor do Doutor Cavaco Silva, tendo sido o primeiro comunista a fazê-lo. Acrescentou que, a bancada do PSD não está ali para fazer elogios ao executivo, uma vez que a obrigação do executivo é fazer bem, estão ali para criticar aquilo que entendem não estar de facto bem feito.

Interveio o deputado senhor **Carlos Cabral** que dirigindo a palavra aos deputados Moura Lopes e Joaquim Manguinhas, afirmou que de facto o Mundo não parou, e como tal, não será possível comparar o nosso País à vinte anos atrás "logo essa comparação serve para termos na memória as situações políticas, económicas, os contextos internacionais, os contextos de reintegração são completamente diferentes e basta vermos o indicador da educação escolar." Disse que de facto se não se tivesse feito nada em vinte anos, com dezasseis ou dezassete de mandato, nem sequer estariam ali, nem sequer haveria Concelho de Borba. Dirigiu-se ao senhor Moura Lopes, dizendo que o que está em questão, não é ter liberdade de dizer mal ou bem, mas sim e face a um documento apresentado pelo executivo Municipal, fazer a sua apreciação e o seu histórico. Deu o exemplo do Jardim Municipal de Borba, para o qual estão orçamentados cem mil contos, dizendo que gostaria de ver o projecto para poder perceber de facto a sua prioridade, acrescentando que, e do seu ponto de vista, existem outras alternativas, pois "há sempre espaços vazios (...)".

O deputado senhor **Moura Lopes**, disse que em termos de filosofia, estava de acordo com o que fora dito pelo senhor Carlos Cabral. Relativamente à intervenção do senhor Paixão, pensava que ele iria dizer para unirem a suas vozes, no sentido de fazerem uma proposta ao executivo camarário, nomeadamente ao vereador Serra, para durante o mês de Janeiro se fazer uma reunião, com vista à resolução dos problemas de trânsito na Nora. Aproveitou também a oportunidade para desejar a todos um Bom Ano.

O senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao **Doutor Oliveira**, que respondendo ao senhor Carlos Cabral, quando este perguntou sobre os trinta e oito mil contos, explicou que esta verba provém de um contrato com a EDP, para a rede de baixa tensão, onde eles pagam à volta de trinta e dois, trinta e três mil contos. O mapa de endividamento a que se referiu, não está relacionado com o orçamento mas sim com o relatório de actividades, que tem a ver com a conta de gerência. Terminou a sua intervenção dizendo que

as "receitas correntes, financiam completamente as despesas correntes, sem qualquer interferência dos Fundos Comunitários."

O senhor **Presidente da Câmara**, começou por dizer que é natural que surjam posições diversas que são traduzidas na crítica e na oposição "que não deixa de ser referido que é construtiva", e é face a essa oposição construtiva que a intervenção do executivo tem sido positiva. Facto que, e tal como afirmou, se pode verificar através dos documentos uma vez que a Autarquia tem sabido sempre captar os apoios disponíveis. Afirmou que para além de uma postura crítica, necessitam também de uma postura apoiante, uma vez que o empenhamento de todos os órgãos autárquicos é fundamental para as decisões não só a nível distrital como também a nível nacional, tendo a Autarquia sentido algumas dificuldades na aprovação de determinados projectos, "porque há alguma comunicação social desfavorável a determinadas iniciativas nossas, há às vezes intervenção política desfavorável à nossa intervenção autárquica." Achou por bem ter dito isso, uma vez que iremos entrar num ano em que se fala de posicionamento eleitoral e terá que se ter em conta, não só o empenhamento do executivo, como também o empenhamento dos eleitos, dos trabalhadores e da população em geral, para que se possa concretizar positivamente tudo aquilo que é proposto. Chamou a atenção para o facto deste Plano ter um investimento significativo na Modernização Administrativa, dado que a Associação Nacional de Municípios está a tratar e a negociar transferência de competências para as Autarquias, incidindo estas muito mais nas áreas sociais. Reafirmou que a crítica é de facto bem vinda, desde que venha no sentido de favorecer as populações, "não rejeitamos a crítica, agora naturalmente aquilo que precisamos neste momento, e reportando-me ao Plano e ao Orçamento, é que ele seja aprovado, porque esse é um passo importante para nós podermos avançar com as medidas que aqui temos (...)" Terminou a sua intervenção, dizendo que o executivo está preparado para a execução do Plano, de acordo com as propostas e a avaliação que fizeram.

O senhor **Presidente da Assembleia**, procedeu à votação, primeiramente da proposta do Plano que foi aprovada por maioria com oito votos a favor, sete votos contra e duas abstenções, passando de seguida à votação da Proposta de Orçamento, tendo sido a mesma, aprovado por maioria com oito votos a favor, sete votos contra e duas abstenções. Antes de continuar a sessão, referiu-se ao facto de, e segundo o regimento, terem-se atingido as vinte e quatro horas, pedindo que a Assembleia continuasse, uma vez que havia ainda assuntos a debater de extrema importância para a Autarquia.

Houve de seguida três declarações de voto, pedindo o senhor Presidente da Assembleia, que lhe fossem entregues por escrito, no prazo de cinco dias. (declarações de voto apresentadas por escrito anexas no final desta acta)

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, disse que a declaração de voto do PSD, será apresentada oportunamente e dentro dos termos legais. Referiu no entanto que, "uma das razões principais que nos leva a votar contra o Plano e o Orçamento, é exactamente o facto de há uns anos a esta parte, a taxa de execução do orçamento e do Plano terem sido francamente baixas, não se vislumbrando naturalmente, pela experiência que nos é já mostrada aqui, em relação à situação de Novembro de dois mil, que possa vir a ser melhor, e que falta quanto a nós, estratégia e prioridade de execução de investimento ou de obras, não é aquela que nós pensamos que deveria ser a melhor."

O deputado senhor **Artur Pombeiro** justificou a sua abstenção, dizendo que embora não esteja de acordo com este Plano e com este Orçamento, e embora a Freguesia de São Bartolomeu esteja contemplada com algumas situações, acha que para um mandato é muito pouco, "no entanto acho que devo contribuir para que este Orçamento e este Plano passem, o que não aconteceria se qualquer outra força política de Borba, estivesse no poder".

O deputado senhor **António Paixão**, justificou a sua posição relativamente à votação, porque "quero dar mais uma vez o benefício da dúvida a este executivo e como vejo contempladas, algumas coisas que gostaria de ver realizadas na Freguesia de Rio de Moinhos, daí a justificação da minha abstenção em viabilizar assim, o orçamento e o Plano de Actividades da Câmara."

O deputado senhor **Moura Lopes** justificou a sua declaração de voto verbalmente, dizendo que, "nós votámos a favor deste Orçamento e Plano, porque pensamos que é o melhor para a população do concelho de Borba"

Usou da palavra o deputado senhor **Joaquim Manguinhas** dizendo que, tal como o senhor Carlos Cabral, pretende chamar a atenção para o facto de se rever o regimento quanto antes, para que não haja conflitos mais tarde, nomeadamente na ambiguidade da sua interpretação.

DOIS PONTO TRÊS - Empréstimo a curto prazo (anexo dez)

O senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto à discussão, dizendo que os membros da Assembleia tinham em seu poder toda a documentação relativa à reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia seis de Dezembro de dois mil. Como ninguém interveio, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

DOIS PONTO QUATRO- Contribuição Autárquica (anexo sete)

O senhor **Presidente da Assembleia**, frisou o facto de todos os membros da Assembleia terem em sua posse tanto a acta número vinte e cinco, como uma informação que lhe fora transmitida pela Câmara Municipal relativamente à contribuição autárquica, colocando o ponto à discussão.

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que voltaram a discutir este assunto na reunião de seis de Dezembro, no entanto não decidiram nenhuma outra taxa, uma vez que lhes faltou uma percepção do que seria consensual por parte da Assembleia. Acrescentou que chegaram a discutir a taxa de um ponto um, mas que hoje em conversa com alguns membros da Assembleia, lhe pareceu que o que seria consensual, seria a taxa de um ponto zero.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que se referiu ao facto do senhor Presidente da Câmara falar em empenhamento, e depois apresentar à Assembleia Municipal uma proposta que foi reprovada na última Assembleia sem conter nenhuma alteração. Afirmou que esta atitude não corresponde a esse empenhamento, mas sim a uma certa falta de respeito democrático pelas decisões da Assembleia. Terminou a sua intervenção, dizendo que na reunião da Assembleia em que se discutiu a taxa de contribuição autárquica, apresentou as taxas dos Concelhos limítrofes e em nome da bancada do PS, defendeu a aplicação da taxa de um ponto zero, na qual votarão favoravelmente.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, frisou o facto de também não ter gostado da apresentação pela segunda vez da taxa de um ponto três, uma vez que essa proposta foi reprovada na Assembleia anterior. Contudo, não quis deixar de elogiar o senhor Presidente da Câmara, por ter procurado um consenso de um ponto zero. Terminou, dizendo que o PSD está disposto a votar a favor e viabilizar a proposta de um ponto zero.

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que esta situação levantava um problema complicado, uma vez que a Assembleia, não pode aprovar a proposta da taxa de um ponto zero, tendo em atenção que a taxa que vigora na proposta que lhe foi entregue, é a de um ponto três. Acrescentou que não se importaria de fazer um breve intervalo de modo a que o executivo se reunisse e formulasse uma nova proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que durante uma reunião, da qual ainda não foi aprovada a respectiva acta, tinha discutido o assunto em relação à taxa de um ponto um, e tomado todas as diligências de forma a encontrar a taxa mais adequada, "essa acta da Câmara ainda não está aprovada, é uma acta ainda pendente, nós podemos considerar essa proposta aprovada na Câmara nessa reunião e tê-la aqui como boa, isto num sentido pode parecer uma irregularidade, mas nós estamos a vinte e oito de Dezembro, a comunicação tem que ser feita amanhã (...)". Disse também que a funcionária que estava responsável por enviar os documentos, lhe colocou a seguinte questão: "Senhor Presidente que proposta é que eu envio para a Assembleia?" à qual ele respondeu que na ausência de outra, enviasse a que estava aprovada, acrescentando que não houve a intenção que possa parecer ao Engenheiro Cabral, até porque disse ter sido informado que a Assembleia poderia aprovar a taxa. No entanto afirmou que se não houver qualquer objecção por parte da Assembleia, por parte da Câmara, não haverá concerteza..

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, acredita que o problema pode ser ultrapassado, ao contrário do que aconteceria se houvesse uma rejeição do Plano e do Orçamento. Adiantou que caso nada seja resolvido a taxa passa para zero vírgula sete, e terminou a sua intervenção propondo consensualmente à Câmara a taxa de um vírgula zero

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que embora não seja jurista, a sua interpretação não é essa, não se importaria de votar caso a Assembleia assim o entendesse, no entanto deu a palavra ao jurista da Câmara Municipal de Borba.

O doutor **Carlos Cunha**, face a uma leitura rápida da lei, com excepção de algumas matérias referidas no número seis do artigo cinquenta e três disse que de algumas das competências nomeadamente as opções

do Plano e Proposta de Orçamento, o Relatório de Actividades, os Serviços Municipais e a autorização para a Câmara adquirir ou alienar imóveis de um certo valor, "todas as outras, havendo proposta da Câmara, creio eu, a Assembleia não concordando com essa proposta pode alterar a proposta e aprovar a alteração que propõe."

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Artur Pombeiro**, que não conhecendo muito bem a lei cento e sessenta e nove, e sem querer duvidar da competência do doutor Carlos Cunha, acha que a Assembleia não pode alterar nenhuma proposta da Câmara, pode é pedir à Câmara que altere a proposta.

O doutor **Carlos Cunha** fundamentando a sua posição disse que, se não fosse assim, estar-se-ia num impasse porque a Câmara teria mudado a proposta, a Assembleia poderia não aceitar essa proposta, tendo a Câmara que apresentar uma nova proposta, e por aí fora.

Tendo a Câmara alterado a proposta para um ponto zero, o senhor Presidente da Assembleia colocou a mesma à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O deputado senhor **Moura Lopes**, interveio para dizer que a CDU irá apresentar por escrito, a sua declaração de voto.

DOIS PONTO CINCO - Desafecção de terrenos do domínio público (anexo onze)

O senhor Presidente da Assembleia, antes de colocar este ponto à discussão informou os restantes membros de que a acta vinte e um barra dois mil, foi uma deliberação por unanimidade da Câmara Municipal relativa à desafecção de terrenos correspondentes aos Sanitários do Jardim Municipal e à Casa do Guarda. Como não houve nenhuma intervenção, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

DOIS PONTO SEIS - Afecção de terrenos ao domínio público (anexo doze)

Como não houve nenhuma intervenção relativamente ao ponto supra citado, o senhor Presidente da Assembleia colocou-o à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

DOIS PONTO SETE - Rectificação da deliberação de Câmara de trinta de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete (anexo oito)

Não havendo nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

DOIS PONTO OITO - Alteração de âmbito limitado ao Plano de Pormenor da zona Industrial do Alto dos Bacêlos (anexo seis)

O senhor **Presidente da Assembleia** informou os restantes membros, que relativamente a este ponto, a acta número vinte e cinco barra dois mil, continha as alterações que o senhor Vereador ali trouxera, tendo sido essas alterações aprovadas por unanimidade em reunião de Câmara. Não havendo nenhuma intervenção, estas alterações foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

DOIS PONTO NOVE - Alteração de âmbito limitado ao Plano de pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo (anexo seis)

Este ponto foi colocado à votação, uma vez que não houve nenhuma intervenção, tendo sido aprovado por unanimidade.

DOIS PONTO DEZ - Actividades da Câmara Municipal de Borba

O senhor Presidente da Câmara iniciou a discussão deste ponto, fazendo um breve resumo, nomeadamente para o público, do que de mais significativo se retirou do relatório de Actividades. E começou por fazer referência à Apresentação Integrada do Desenvolvimento da Zona dos Mármore, que se efectuou pela respectiva Ministra, logo a seguir houve uma reunião de trabalho com o Secretário de

Estado do respectivo Ministério, para tratar de questões do PROZOM. Saliou também as obras de conservação da Casa do Povo da Orada.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Artur Pombeiro**, que referindo-se ao espaço onde efectivamente a Junta de Freguesia possa vir a funcionar, disse que o mesmo não estava em condições de ser utilizado devido à acumulação de humidade, convidando os eleitos da Câmara, a visitar o espaço e a constatar o que acabara de referir.

Interveio o deputado **senhor Paixão**, apelando para que a Câmara dê de facto prioridade às obras mais carenciadas que apresentou no Plano, como é o caso da Nora, não só do problema das águas, como também do problema da estrada que está orçamentada com algumas verbas para a conclusão da segunda fase. Chamou também a atenção para a caótica situação da ETAR de Rio de Moinhos e até do Barro Branco, que espera que a curto prazo, seja resolvida.

A **Vereadora Filipa**, referiu-se à questão colocada pelo Doutor Joaquim Manguinhas, acerca do Programa "Foral", explicando que o programa foi lançado publicamente há pouco mais de uma semana, pelo senhor Primeiro Ministro, e que se sabe ainda muito pouco acerca do seu conteúdo. Acrescentou que de facto achou aliciante o Programa, tendo em conta as possibilidades que poderá dar aos trabalhadores com um nível baixo de escolaridade, esperando que esse programa não seja só vantajoso em termos de requalificação académica, mas também de requalificação profissional. Frisou o facto de haver trabalhadores que embora executem tarefas com muita competência nas áreas em que trabalham, não têm oficialmente as habilitações académicas para tal. Disse que o Programa engloba alguns milhões de contos, para formação dos trabalhadores, que espera que sejam bem empregues e bem aproveitados pelas Autarquias. Em relação à intervenção do senhor Artur Pombeiro, disse que naturalmente não iria continuar a discutir se o espaço seria ou não digno, uma vez que se trata de um espaço provisório e que do ponto de vista da área seria de certeza suficiente. Acrescentou que tanto a Câmara como a Junta de Freguesia, estão empenhadas em encontrar o espaço que sirva os interesses da Junta de Freguesia, estando dependentes da apresentação de uma proposta por parte do proprietário, que neste caso é um particular. Terminou a sua intervenção, dizendo que fizeram o melhor que podiam, para tentar resolver uma situação que de facto é provisória.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Artur Pombeiro**, que reafirmou as más condições em que as instalações se apresentam, dizendo que "aquilo não apresenta o mínimo de condições para que se instale qualquer coisa, muito menos uma Junta de Freguesia (...)". Disse ainda que tinham falado com o proprietário, mostrando desde logo o seu interesse pelo espaço. Demonstrou uma certa estranheza, ao ser informado de que a senhora Vereadora, em nome da Câmara também tinha ido verificar o espaço, sem ter dado conhecimento pelo menos ao Presidente da Junta, afirmando que "dá a impressão que andam duas entidades a tratar da mesma coisa (...)" terminou a sua intervenção, dizendo que se têm verificado inúmeras obras a funcionar em coberturas, onde se arranjam uns túneis de acesso às repartições perguntando "porque é que neste caso a Junta tem que sair imediatamente daquele espaço?"

A **Vereadora Filipa** mostrou-se confusa relativamente ao assunto, uma vez que, tendo a Câmara recebido uma carta da Junta a apelar para que se encontrasse um espaço digno e adequado, respondeu a este apelo negociando uma coisa que à partida seria do consenso e do agrado de todos, mas só porque não disseram ao senhor Presidente da Junta a sua intenção de verificar o espaço, foram criticados. Disse mais uma vez, que neste momento estavam somente a aguardar, em primeiro lugar um sim definitivo de interesse de venda, e em segundo lugar uma proposta financeira. Relativamente ao espaço provisório, em sua opinião reúne melhores condições em termos de área, do que aquela que a Junta tem actualmente. Acrescentou ainda que a obra do Palacete dos Melos e segundo informação dos engenheiros responsáveis, tem que começar o mais rapidamente possível, e sem que haja pessoas lá instaladas, ou seja, tem que sair a APD e a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, dizendo que a Câmara não assume de certeza essa responsabilidade, e pensa que a Junta também não a querará assumir. Terminou a sua intervenção dizendo que, o ideal seria que a Junta de Freguesia saísse o mais rapidamente possível dali para uma sede definitiva, mas "nós não temos aqui o ideal, temos o possível"

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o último ponto da Ordem de Trabalhos, crendo que, a melhor solução será encontrada tanto para a Junta de Freguesia como para a Câmara. Foi então dado o período de intervenção ao público, como ninguém interveio e de acordo com a lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, artigo noventa e dois, parágrafo terceiro, o Presidente da Assembleia leu a minuta da acta a aprovar, colocando-a seguidamente à votação, a qual foi

aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia, deu então por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente acta que será enviada aos membros desta Assembleia, com vista à sua aprovação na próxima sessão.

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ACTA:

- =>Pedido de substituição do deputado Dr. Joaquim Cardoso (anexo 1)
- =>Pedido de substituição da deputada D. Ivone Espiguinha (anexo 2)
- =>Relação da correspondência expedida e recebida (anexo 3)
- =>Relação da taxa de contribuição autárquica do Concelho de Borba referente ao ano de 1998 (anexo 4)
- =>Relatório da Actividade da Câmara Municipal entre 23/09 e 22/12/00 (anexo 5)
- =>Alteração de âmbito Limitado ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do alto dos Bacelos e da Cruz de Cristo(Acta 25/2000 - Reunião extraordinária da C.M. Borba) - (anexo 6)
- =>Contribuição Autárquica (Acta 25/2000 reunião extraordinária da C.M. Borba) - (anexo 7)
- =>Rectificação da deliberação de Câmara de 30/12/1997 - Doação de terrenos (Acta 21/2000 Reunião Ordinária da C.M.Borba) - (anexo 8)
- =>Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2001 - Acta 26/2000 Reunião Ordinária da C.M.Borba (anexo 9)
- =>Empréstimo a curto prazo - Acta 25/2000 Reunião Extraordinária da C.M. Borba (anexo 10)
- =>Desafecção de terrenos ao domínio público - Acta 21/2000 Reunião Ordinária da C.M.Borba (anexo 11)
- =>Afecção de terrenos ao domínio público - Acta 21/2000 Reunião Ordinária da C.M.Borba (anexo 12)
- =>Informação sobre a Situação Financeira da Câmara Municipal de Borba até Novembro de 2000 (anexo 13)
- =>Declaração de voto da CDU, relativa à contribuição autárquica (anexo 14)
- =>Declaração de voto do deputado senhor António Paixão relativa à votação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Borba para o ano 2001 (anexo 15)
- =>Declaração de voto do deputado senhor Artur Pombeiro, relativa à votação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2001 (anexo 16)
- => Declaração de voto do deputado senhor Joaquim Rézio, relativa à votação do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2001 (anexo 17)